

---

# ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL: UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO BANCO COMUNITÁRIO PIRÊ EM DOURADOS (MS)

---

SOLIDARITY ECONOMY AND LOCAL DEVELOPMENT: AN ANALYSIS OF THE PERFORMANCE OF THE PIRÊ COMMUNITY BANK IN DOURADOS (MS)

**Lucimara Inácio do Prado da Silva<sup>1</sup>**

<https://orcid.org/0000-0002-0739-5696>  
<http://lattes.cnpq.br/4429147633254116>

**Rosele Marques Vieira<sup>2</sup>**

<https://orcid.org/0000-0001-9217-665X>  
<http://lattes.cnpq.br/3204781934584143>

**Marcos Antonio da Silva<sup>3</sup>**

<https://orcid.org/0000-0003-1196-2814>  
<http://lattes.cnpq.br/8590672637571334>

Recebido em: 18 de setembro de 2020.

Aprovado em: 13 de novembro de 2020.

**RESUMO:** Este trabalho analisa a atuação do Banco Comunitário Pirê, em Dourados (MS), como uma opção estratégica de desenvolvimento local, propiciando geração de renda, bem-estar e consumo solidário. Para isto, discute a emergência da economia solidária no Brasil e a constituição dos bancos comunitários de desenvolvimento, analisando sua potencialidade e limites. Em seguida, apresenta um resgate histórico do surgimento e desenvolvimento da economia solidária em Dourados, discutindo sua dinâmica e as principais redes e ações. Por fim, analisa a atuação do Banco Comunitário Pirê, discutindo sua organização, seus principais mecanismos e o perfil e o volume dos empreendimentos beneficiados pelo microcrédito solidário e sua importância para geração de trabalho e renda e o desenvolvimento local.

**Palavras-chave:** Economia Solidária; Desenvolvimento Local; Bancos Comunitários; Microcrédito.

**ABSTRACT:** This paper analyzes the performance of the Banco Comunitário Pirê, in Dourados (MS), as a strategic option for local development, providing income generation, well-being and solidary consumption. For this, it discusses the emergence of the solidarity economy in Brazil and the constitution of community development banks, analyzing their

---

<sup>1</sup> Mestra em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Graduada em Economia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Contato: lucimara95@hotmail.com

<sup>2</sup> Doutora em Economia. Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Integrante do Grupo de Estudo de Disparidades Socioeconômicas (GEDAIS). Contato: roseleuems@gmail.com.

<sup>3</sup> Doutor em Estudos sobre a Integração da América Latina (PROLAM/USP). Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) e do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Integrante do Grupo de Pesquisa Processos Políticos e Políticas Públicas na América Latina. Contato: marcossilva@ufgd.edu.br

potential and limits. Then, it presents a historical review of the emergence and development of the solidarity economy in Dourados, discussing its dynamics and the main networks and actions. Finally, it analyzes the performance of Banco Comunitário Pirê, discussing its organization, its main mechanisms and the profile and volume of projects benefited by solidarity microcredit and its importance for the generation of work and income and local development.

**Keywords:** solidary economy; local development; community banks; microcredit.

## INTRODUÇÃO

Desde o final do século passado, o avanço do desemprego estrutural, a ampliação das desigualdades e as crises relacionadas à natureza e a dinâmica do capitalismo contemporâneo, inclusive a crise ambiental (aquecimento global e a emergência de pandemias), tem conduzido as crises sistêmicas que desafiam as sociedades, principalmente em relação a geração de trabalho e renda, o que tem impulsionado o trabalho coletivo e práticas alternativas que podem promover a solidariedade, justiça e valorização do conhecimento através dos princípios e experiências de economia solidária, visto que tem se constituído numa alternativa, ainda incipiente, mas sólida, como fonte de trabalho e renda.

No Brasil, tais práticas ganharam progressiva conscientização e importância, nos anos 90, com o aparecimento de grupos de trabalhadores (as) que realizam algum trabalho coletivamente. Desta forma, organizaram-se em redes veem uma alternativa para grupos e/ou empreendimentos que através desse modelo produzem, comercializam e se fortalecem. Tal noção, presente em Mance (2000; 2009), descreve a ênfase nas relações diversas que se integram, nas relações e nos fluxos de elementos que a compõe, nos laços que unificam o grupo e na potencialidade de transformação de cada membro pela sua relação com os demais do grupo e do conjunto da rede, pois:

A difusão do consumo solidário é um dos elementos centrais à estratégia de expansão das redes de colaboração solidária ou das redes colaborativas de economia solidária. A difusão desse consumo possibilita, aos empreendimentos, a venda de toda a sua produção e a geração de excedentes que, reinvestidos coletivamente, permitem montar novos empreendimentos auto-gestionários. Remontam-se assim as cadeias produtivas e expandem-se as redes colaborativas, diversificando as ofertas e ampliando seu número de consumidores (MANCE, 2009, p. 77).

Neste sentido, na última década a economia solidária se constituiu e desenvolveu a partir de inúmeras iniciativas, motivadas especialmente pelo envolvimento dos trabalhadores (as) que passaram a solicitar ações do poder público através de políticas e projetos de governo que pudessem atender o movimento e que, dentre outros resultados, fomentou a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES)<sup>4</sup>, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que contribui para um maior dinamismo, incorporando práticas sociais e demandas do mundo do trabalho<sup>5</sup>.

Desta forma, a economia solidária se desenvolveu, de forma intensa enquanto movimento

<sup>4</sup> A Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES - foi criada no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego com a publicação da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 e instituída pelo Decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003 ([http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/secretaria\\_nacional.asp](http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/secretaria_nacional.asp) (acesso em 17/11/2017).

<sup>5</sup> Fonte: <http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho> (acesso em 17/11/2017).

e organização ultrapassando a dimensão de iniciativas isoladas e fragmentadas em relação a sua inserção em cadeias produtivas e nas articulações do seu entorno, com isto desenvolveram-se ou se fortaleceram cooperativas, associações, bancos comunitários entre outros.

Tais organizações se destacaram pela forma como desenvolvem as relações financeiras, no âmbito das associações, cooperativas e banco comunitários, desenvolvendo a autogestão dos valores que circulam no seu interior, o que as diferencia das formas tradicionais, pois se caracterizam pelas relações de proximidade e derivam da participação recíproca dos trabalhadores (as) envolvidos e de ajuda mútua que reatam e fortalecem os laços comunitários. Desta forma, emerge a atuação dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento, que nascem a partir da necessidade da comunidade, que passa a contar com a oferta do microcrédito e, em alguns casos, ainda estimula a circulação de uma moeda social dentro da rede, comunidade ou território na tentativa de promover o desenvolvimento local.

No Mato Grosso do Sul, a economia solidária já se desenvolvia desde a década de 90 e ganhou impulso, como no restante do país, nos anos 2000, em virtude da consolidação de inúmeros movimentos sociais, grupos, bancos comunitários e a implementação de várias ações promovidas pela SENAES e desenvolvida pela Delegacia Regional do Trabalho (DRT) e outras instituições que possuíam algum trabalho com economia solidária (SÁ, 2005), embora tenha se arrefecido na conjuntura atual.

Desta forma, também em Dourados, segunda cidade do estado, conforme Paulon (2008) a economia solidária emerge no mesmo período e através da atuação dos movimentos sociais, tais como a Associação Mulheres em Movimento, Cáritas, MST e com apoio das universidades públicas e privadas (UEMS, UFMS, UFGD, UCDB, entre outras), juntamente com o poder público, que naquele momento se identificava com as organizações populares, se desenvolve e consegue estruturar uma política pública de apoio a economia solidária com a criação da Secretaria de Assistência Social e Economia Solidária em 2001.

Dentre as ações desenvolvidas naquele período, destaca-se a atuação da prefeitura através do programa de qualificação profissional dos trabalhadores (as) desempregados, denominado de “Coletivos para a Qualificação do Trabalho”, que tem o intuito desenvolver as potencialidades desses trabalhadores (as) enquanto empreendedores solidários, motivando-os a se organizarem em grupos, famílias ou mesmo individual para produzirem dentro dos princípios da economia solidária.

E que contribuiu para o surgimento de muitos empreendimentos solidários na cidade, emergindo a necessidade da constituição da Rede de Economia Solidária, que nasce com o objetivo de organizar os empreendimentos solidários da cidade em um espaço de discussão e planejamento, com o apoio e envolvimento de movimentos sociais, de órgãos da prefeitura, de organizações não-governamentais (ONGs) e universidades, contribuindo com a consolidação da economia solidária na cidade. No entanto, ainda persistiu o desafio da organização e gestão econômica dos empreendimentos, o que potencializou a ideia da formação do Banco Comunitário de Desenvolvimento, relacionado à criação de mecanismos financeiros que possibilitassem o acesso dos excluídos ao mercado financeiro (MELO NETO e MAGALHÃES, 2003).

Sendo assim, este trabalho analisa a atuação do Banco Comunitário de Desenvolvimento “Pirê”, entre 2006 e 2016, discutindo seu papel, suas atividades e atuação no fomento dos empreendimentos solidários em Dourados (MS), analisando seus impactos e os limites e desafios de tal atuação para o desenvolvimento local e solidário, a partir da seguinte questão:

Como se desenvolveu a atuação do Banco Pirê e quais seus impactos para a geração de renda e o desenvolvimento local e solidário?

Neste sentido, procura discutir tal, inserindo-a no debate sobre o desenvolvimento da economia solidária e, principalmente, dos bancos comunitários no Brasil e, a partir disto, procura analisar a gestão e práticas solidárias e o perfil e volume de investimentos desenvolvidos pelo Banco Pirê, bem como as políticas, finalidades e setores que foram beneficiados por tais investimentos e seus impactos locais. Para tanto, este trabalho utiliza uma metodologia que combina dados quantitativos (investimentos, empreendimentos,...) com entrevista e análises qualitativas que nos permitem uma compreensão mais ampla e profunda do tema apresentado.

Sendo assim, está organizado, além desta introdução e das considerações finais, da seguinte forma. Na primeira parte, analisa a emergência da economia solidária e das finanças solidárias no Brasil, bem como dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento, discutindo os conceitos de economia solidária, finanças solidárias e bancos comunitários. Na segunda parte, apresenta um resgate histórico do surgimento da economia solidária em Dourados e sua interface com rede de cooperação e desenvolvimento local. Por fim, discute a atuação do Banco Comunitário Pirê com análise de dados e indicadores da atuação do banco (políticas, investimentos, incentivo de práticas solidárias e grupos e setores beneficiados), discutindo seu papel como instrumento de fomento da economia solidária e desenvolvimento local.

## **ECONOMIA E FINANÇAS SOLIDÁRIAS: O SURGIMENTO DE BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO**

Inúmeras transformações ocorridas nas últimas décadas, relacionadas a intensificação do desenvolvimento tecnológico e sua utilização na estrutura produtiva, provocaram mudanças nas relações de produção que afetaram diretamente o mercado de trabalho, principalmente devido à substituição do trabalhador por máquinas e equipamentos (CATTANI, 2009). Tais mudanças incidiram sobre as relações entre capital e trabalho e conduziram a novas formas de organização, baseadas na precarização das relações de trabalho e a emergência de um desemprego estrutural, o que tem levado inúmeros trabalhadores (as) a buscar alternativas para a geração de renda, substituindo o trabalho contratado e estável por diversas formas, como o “empreendedorismo, trabalho voluntário, trabalho atípico” (ANTUNES, 2007, p. 17).

Diante disto, ocorreram inúmeras reações, dentre as quais se pode considerar o desenvolvimento de experiências de grupos que se unem para trabalhar coletivamente, em sentido contrário ao processo de exclusão (SACHS e VIEIRA, 2007; ARROYO e SCHUCH, 2006). Tais experiências embora pareçam recentes, estão presentes, como aponta Singer (2002a), já no princípio do capitalismo contemporâneo, com a organização de algumas aldeias que trabalhavam de forma cooperada para atenuar os impactos da crise britânica. Numa delas, conhecida como Pioneiros de Rochdale, as pessoas trabalhavam e produziam para sua própria subsistência e trocavam seu excedente com outras aldeias<sup>6</sup>, tendo como base a solidariedade.

Da mesma forma, Pinho (1966) destaca que, com o surgimento dessas experiências com base solidária, nascem os princípios que até hoje inspiram o cooperativismo e sua legislação pelo mundo, bem como os princípios norteadores da economia solidária relacionados a valorização social do trabalho humano, o respeito ao meio ambiente, a satisfação plena das neces-

---

<sup>6</sup> Conforme Paul Singer (2002c) a ideia inicial da formação dessas aldeias partiu de um industrial britânico chamado Robert Owen.

sidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica, os valores da cooperação e da solidariedade.

No caso brasileiro, Razeto (1993) destaca que a economia solidária nasce de práticas comunitárias que propiciaram uma formulação teórica, elaborada na tentativa de explicar a variedade de experiências econômicas que vinham surgindo pelo país e que compartilhavam algum traço na sua constituição de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, com uma nova racionalidade.

Já Guélin (1998) ressalta que, mesmo que a economia solidária contenha organismos produtores de bens e serviços, conforme a norma capitalista, a participação nesta é livre e autônoma dos indivíduos, o que os difere de trabalhadores assalariados tradicionais e insere uma nova lógica nas relações de produção.

Desta forma, apesar de considerar que o conceito de economia solidária, embora não tenha unanimidade entre os pesquisadores, é utilizado em diversos continentes e sua concepção varia de acordo com as ideias de solidariedade em contraste com o individualismo utilitarista que caracteriza o comportamento econômico, como apontam Cattani et al. (2009). Em todos eles, destaca-se que a economia solidária promove-se a solidariedade entre seus membros e se estabelece laços de reciprocidade com os fundamentos da cooperação.

Além disto, vale ressaltar que a economia solidária comporta diversas experiências que, em Singer (2002b), incluem desde as iniciativas pessoais, familiares, associativas e comunitárias, até as que se traduzem em organizações de base econômica popular, redes econômicas, bancos comunitários, associação de produtores e cooperativas, dentre outras. Assim seu desenvolvimento é marcado por um amplo espectro de atividades que envolvem produção e consumo, finanças e crédito solidário, que através destas procuram enfrentar os desafios da organização cooperativa e de uma lógica inclusiva e solidária.

Sendo assim, pode-se destacar que o conceito de economia solidária emerge, a partir dos anos 90, ao redor dos elementos relacionados à solidariedade e coletividade, em contraposição a lógica individualista e utilitarista que norteia a prática capitalista contemporânea, incorporando princípios de cooperação, autonomia e gestão democrática. Neste sentido, este conceito, embora próximo a outras noções econômicas, como economia social, economia plural ou economia popular, compreende, como apontam Laville e Gaiger (2009), uma definição relacionada a:

As expressões da economia solidária multiplicaram-se rapidamente, em diversas formas: coletivos de geração de renda, cantinas populares, cooperativas de produção e comercialização, empresas de trabalhadores, redes e clubes de troca, sistemas de comércio justo e de finanças, grupos de produção ecológica, comunidades produtivas autóctones, associações de mulheres, serviços de proximidade, etc. Essas atividades apresentam em comum a primazia da solidariedade sobre o interesse individual e o ganho material, o que se expressa mediante a socialização dos recursos produtivos e a adoção de critérios igualitários (LAVILLE e GAIGER, 2009, p. 162).

Neste sentido, se desenvolvem e consolidam os princípios que norteiam a economia solidária, dentre os quais se destacam: a valorização social do trabalho humano; uma economia fundada na solidariedade; a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza, e os valores da cooperação e da solidariedade, um caminho que valoriza os seres humanos, independente da sua cor de pele, sexo, idade, orientação sexual, condição econômica ou cultural. Em suma, a partir dessa maneira diferenciada de pensar e de “fazer” economia, onde o



indivíduo é o foco principal talvez esteja um novo caminho em termos da construção de um mundo mais solidário (GRIPA, 2015a).

Assim, a partir de tais práticas emergem as finanças solidárias, ampliando a noção de crédito e incorporando a perspectiva de democratizar as relações econômicas e o mercado, que pode contribuir para o surgimento de novas relações de poder nas inter-relações e nas relações de força que se estabelecem entre os sujeitos individuais e coletivos, públicos ou privados, formais ou informais, que estão em diferentes lugares na estrutura econômica, tanto na produção como na distribuição de bens e serviços. Para Passos (2007), as finanças solidárias se inserem como elo final no processo de crédito a rede de consumidores e produtores que estão presentes em um território, atingindo um coletivo e não apenas uma pessoa como agente de crédito.

Tais experiências consistem nas relações de proximidade entre os cidadãos, pois “[...] elas derivam de sistemas de reciprocidade, de ajuda-mútua e de autoconfiança. [...] e baseiam-se em tentativas para reatar laços comunitários” (HENDERSON, 1996, p. 234).

Além disto, como destaca Muñoz (2009) é comum no trato com o dinheiro relações de impessoalidade, pois as finanças se referem à utilização do dinheiro, seu preço, seus rendimentos em geral a todas as atividades que movimentam um fluxo de entradas e saídas de recursos ao longo do tempo, portanto entende-se que as finanças solidárias surgem como uma resposta a está lógica<sup>7</sup>. Da mesma forma, França Filho (2010a) apontam que as finanças solidárias recebem diferentes denominações como microcrédito, poupança solidária, micro finanças ou finanças de proximidade que, de um modo ou de outro, participam da construção de uma outra relação com o dinheiro.

Como termo mais utilizado e que se relaciona aos bancos comunitários de desenvolvimento solidário, que mencionaremos adiante, vale apontar que microcrédito pode ser definido, como aponta Servet, como: “O termo microcrédito designa empréstimos de pequeno valor concedidos a grupos de pessoas solidárias, ou a tomadores de empréstimos individuais, por instituições que podem ser organizações não-governamentais, bancos ou programas públicos. O público-alvo manifesto dos programas de microcrédito é constituído de pessoas ou grupos que detenham baixa renda ou sofram discriminações sociais e culturais” (SERVET, 2009, p. 243).

Experiências em finanças solidárias com o objetivo de inclusão financeira, ganham impulso e destaque nos anos 90, a partir do caso do El Grameen Bank, em Bangladesh. Tal empreendimento é considerado o primeiro a utilizar a prática do microcrédito como instrumento para erradicar a pobreza e garantir o desenvolvimento local, aumentando o microempreendedorismo e fornecendo crédito a populações economicamente carentes para geração de trabalho e renda (ANJOS, 2009; SERVET, 2009).

O sucesso desse modelo começou a difundir-se massivamente e, desde então, emergem

---

<sup>7</sup> Neste sentido, destaca que: “Em resposta a essa lógica, estruturaram-se diversas modalidades financeiras, muitas vezes denominadas “finanças solidárias” (FS), visando democratizar os recursos financeiros, para que as finanças operem a serviço das necessidades de todos. No que concerne à intervenção, algumas consequências desse enfoque são: o tratamento conjunto de instrumentos financeiros com instrumentos não-financeiros (estrategicamente utilizados conforme a estrutura socioeconômica); avaliação complexa dos projetos nos níveis ex ante e ex post; e o respeito pela racionalidade socioeconômica das atividades com as quais se trabalhe, entre outras” (MUÑOZ, 2009, p. 208).

experiências como Banco Sol<sup>8</sup> (na Bolívia), o Bank Rakyat<sup>9</sup> (Indonésia) e o Banco Ética<sup>10</sup> (Itália), dentre outras, apresentando um novo modelo de políticas de crédito subsidiado para permitir o acesso às populações excluídas do sistema financeiro formal (MUÑOZ, 2009).

Neste sentido, a construção do microcrédito solidário é um elemento fundamental no desenvolvimento da economia solidária, pois como aponta Laville:

Um dos principais é o microcrédito. Concebido para lutar contra a pobreza, o seu sucesso rápido faz dele um instrumento simples que é apresentado como solução para as categorias desfavorecidas. As cimeiras mundiais do microcrédito fixam como alvo o número de 100 milhões de clientes, revelando um entusiasmo que não deixa de ter algumas ambiguidades, por duas razões principais: a redução da iniciativa a um modelo único, a utilização do tema da iniciativa para alimentar a crítica do sistema salarial (LAVILLE, 2009, pg. 26).

No caso brasileiro, a primeira experiência significativa, na perspectiva de um Banco Comunitário de Desenvolvimento (BCD) foi o Banco Palmas, que iniciou os trabalhos, em 1998, no bairro Palmeiras em Fortaleza (CE). Este oferecia uma gama ampla e variada de serviços: créditos para financiamentos de empreendimentos solidários; crédito para consumo pessoal e familiar sem juros; cartão de crédito popular solidário; abertura e extrato de conta corrente; depósitos em conta corrente; saque avulso ou com cartão magnético; recebimento de títulos; recebimento de contas (água, luz, telefone, entre outros); e, finalmente, pagamento de subvenções e aposentadorias (SEGUNDO e MAGALHÃES, 2009a).

A experiência do Banco Palmas, enquanto BCD, se mostrou exitosa de tal forma que contribuiu para o surgimento de outros nesse mesmo modelo pelo país, o que veio a fortalecer as economias locais e culminar com a formação da Rede Brasileira de Bancos Comunitários (SEGUNDO e MAGALHÃES, 2009b).

A partir disto, pode-se destacar que o Banco Comunitário de Desenvolvimento (BCD) procura atuar junto a seu público como uma rede que, para além da questão creditícia procura envolver a pessoa numa atividade da qual possa participar e onde desenvolva outras atividades e ações como cursos de aprimoramento profissional, gerenciamento de suas próprias finanças, empreendedorismo, aulas de artesanatos ou outra atividade formativa e necessária para o sua autonomia e desenvolvimento, pois assim aqueles que buscam seus recursos iram utilizá-lo da melhor forma, sem riscos de não conseguir devolver o recurso ou mesmo, que venha a pedir novamente pelo mesmo motivo (SEGUNDO e MAGALHÃES, 2009c; ARROYO e SCHUCH, 2006).

Assim, para França Filho e Silva Júnior os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) podem ser definidos como uma prática de finanças solidárias que serve de apoio às

<sup>8</sup> Como informa o Bancosol: “En 1984, un grupo de empresarios bolivianos ligados al sector microempresarial procedió a constituir una institución sin fines de lucro para apoyar el desarrollo de microempresas en el país. El 17 de Noviembre de 1986, inversores internacionales y bolivianos posibilitaron el inicio de actividades de intermediación crediticia a través de una Fundación estructurada como Organización No Gubernamental (ONG). La existencia de una gran demanda insatisfecha por servicios financieros fueron las principales razones que permitieron tomar la decisión de expandir sus actividades al encuentro de la demanda de créditos en el creciente sector de las microempresas”. Fonte: <https://www.bancosol.com.bo/secciones/quienes-somos> (Acesso em 24/09/2017).

<sup>9</sup> Bank Rakyat (BRI) surgiu em 1895 na gestão de fundos de uma pequena mesquita, passou em 1946 à condição de primeiro banco público do país e é hoje uma instituição de grande porte (WOCHLER, 2009).

<sup>10</sup> Como aponta: “Abbiamo avviato l’attività nel 1999, la nostra storia parte dal basso, grazie all’impegno di tante persone ed organizzazioni che si sono attivate per costituire un istituto di credito ispirato alla Finanza Etica”. Fonte: <http://www.bancaetica.it/chi-siamo> (Acesso em 24/09/2017).

economias populares em territórios com baixo índice de desenvolvimento humano e que são organizados a partir das dinâmicas associativas locais em torno de quatro eixos fundamentais: fundo de crédito solidário, moeda social circulante local, feiras de produtores locais e capacitação em economia solidária (FRANÇA FILHO e SILVA JÚNIOR, 2009, p. 31). Tais experiências de trabalho associativo, que nasceram ou se fortaleceram nos territórios com o apoio dos BCDs, demonstram a potencialidade deste instrumento para o desenvolvimento local.

Para compreender esta relação entre cooperação e desenvolvimento local, Frantz (2003a), destaca que a mesma surge da articulação e da associação de pessoas que se identificam por interesse ou necessidade e buscam o seu fortalecimento pela instrumentalização via associação ou cooperativa, com vistas a objetivos e resultados, normalmente, de ordem econômica. No entanto, incorpora os elementos sociais, culturais e políticos ao seu sentido econômico o que potencializa tais ações. Assim, por essa via, renasce o processo de desenvolvimento local e a natureza da organização cooperativa, como expressão dos interesses e necessidades de seus associados, como extensão de suas economias.

Desta forma, o desenvolvimento local é realizado por pessoas que desejam fazer algo para mudar a realidade dos locais onde vivem, ou seja, o desenvolvimento está intimamente ligado ao crescimento das habilidades, conhecimentos e competências das pessoas, aqui chamado capital humano, que quanto maior conduzem a melhores condições de desenvolvimento (PAULA, 2008; ZAPATA, 2001; ARROYO e SCHUCH, 2006).

Sendo assim, a atuação dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento é importante, pois podem vir a investir nas capacidades produtivas, na geração de serviços e no consumo territorial, com capacitações que envolvem a comunidade local com o intuito de promover as relações solidárias e o desenvolvimento da mesma, financiando novos empreendimentos socioeconômicos que possam prestar serviços naquele local com o objetivo de formação de redes locais de economia solidária<sup>11</sup>, como aponta Mance:

É uma estratégia de organização pautada, em especial, no consumo solidário. Sendo a célula (unidade produtiva) a unidade básica da rede, cada uma se conecta à outra, em movimentos de produção e consumo, articulando-se em laços de realimentação, buscando o fortalecimento mútuo (MANCE, 2000, p. 28-31).

O que ocorre, com o surgimento das redes de economia solidária, é um novo dinamismo dentro do movimento, conseguindo tecer uma teia de empreendimentos que se identificam por produzirem os mesmos produtos, possibilitando sua manutenção e ampliação. Pois as redes possuem o papel de conectar os vários elos da cadeia produtiva ou mesmo reunir integrantes de um mesmo segmento, com este suporte as cooperativas e associações conseguem se interligar a outras redes, em outros locais, cidades ou estados promovendo o desenvolvimento local (GRIPA, 2015b; MANCE, 2003; ARROYO e SCHUCH, 2006).

Em suma, a emergência da economia solidária e dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento, como apoio e fomento aos grupos informais, associações ou cooperativas populares, bem como sua interface para a promoção do desenvolvimento local, com destaque para as

---

<sup>11</sup> Neste sentido, Mance aponta que: “Enquanto categoria estratégica, a rede de colaboração solidária é elemento central da chamada revolução das redes, na qual ações de caráter econômico, político e cultural realimentam-se, subvertendo padrões e processos hegemônicos mantenedores do capitalismo e avançando rumo à construção de uma globalização solidária” (MANCE, 2009, p. 279).



redes de cooperação solidárias<sup>12</sup>, constitui-se num mecanismo fundamental para a geração de trabalho e renda, numa alternativa econômica, que, inserida em uma dada realidade, tem um potencial dinamizador, tanto em termos sociais quanto econômicos.

## **A ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DOURADOS: UM NOVO MODELO PARA GERAR TRABALHO E RENDA**

Como apontamos anteriormente, as experiências de economia solidária, enquanto novo modelo de geração de trabalho e renda, emergem no Brasil, na década de 80, de maneira discreta com pequenos grupos de trocas e, ao longo do tempo, passam a surgir cooperativas e associações, entre outros, que com o apoio dos movimentos sociais, sindicatos e universidades públicas começam a se estruturar e a estabelecer regras e princípios de maneira a serem reconhecidos dentro do sistema econômico atual.

No caso de Dourados, Sá (2005) destaca que tais experiências emergem nos anos 90, com a atuação dos movimentos sociais e intensificadas, em seguida, pelas ações organizadas pela prefeitura que passam a promover cursos de qualificação para os trabalhadores (as) desempregados através do programa “Coletivos para Qualificação do Trabalho”, os quais recebiam a motivação para iniciar seu próprio trabalho de geração de renda, o que despertou em muitos suas potencialidades enquanto empreendedores (as), motivando-os a se organizarem em grupos, famílias ou mesmo individual para iniciarem um produção dentro dos princípios da economia solidária.

Desta forma, emerge o trabalho coletivo, de forma incipiente e com dificuldade de gestão ou mesmo de aprimoramento. Muitos grupos já haviam passado pelo programa de qualificação da prefeitura e num segundo momento passam a contar com o apoio e ajuda das instituições ligadas a Igreja católica (CEBI, CPT, religiosos e CÁRITAS) e as universidades públicas (UFMS e UEMS), que se identificavam com as lutas dos trabalhadores, intensificando ações conjuntas voltadas para o aprimoramento desses trabalhadores (as).

No entanto, somente nos anos 2000, que as ações chamadas de economia solidária, se intensificam na cidade a partir da estruturação de 40 empreendimentos produtivos solidários, que visavam fomentar a geração de trabalho e renda por meio de iniciativas coletivas, organizados nos segmentos: alimentação, confecção, artesanato, produtos de limpeza, agricultura familiar, prestação de serviços, agentes ecológicos, grupo de reciclagem (PAULON, 2010a).

Com a estruturação desses grupos é formada a Rede de Economia Solidária, que seguiu orientações dos movimentos sociais e da SENAES, bem como da Secretaria de Assistência Social e Economia Solidária da prefeitura, criada na gestão do Partido dos Trabalhadores na cidade e que procurava desenvolver políticas públicas de apoio à geração de trabalho e renda. Desta forma, a Rede emerge com o objetivo de organizar as ações dos grupos e ir em busca de novos integrantes, permitindo a estes a inclusão social, em especial as mulheres, já que muitas se encontravam em situação de vulnerabilidade (PAULON, 2010b; 2015).

Com o encerramento do programa de qualificação promovido pela prefeitura e com a con-

---

<sup>12</sup> É importante assinalar, como aponta Mance, que: “Quatro são os critérios básicos de participação nessas redes: a) inexistência, nos empreendimentos, de qualquer tipo de exploração do trabalho, opressão política ou dominação cultural; b) busca da preservação do equilíbrio ecológico nos ecossistemas (respeitando-se a transição de empreendimentos que ainda não sejam ecologicamente sustentáveis); c) compartilhamento de significativas parcelas do excedente para a expansão da própria rede; d) autodeterminação dos fins e autogestão dos meios, em espírito de cooperação e colaboração” (MANCE, 2009, p. 279).

solidação da Rede, a Associação Mulheres em Movimento<sup>13</sup> passa a promover cursos para o aprimoramento técnico de gestão e empreendedorismo para os membros da rede, o que contribuiu para a formação de espaços para comercialização em áreas comerciais da cidade, com a participação de vários empreendimentos e com uma gestão participativa os inseriu no mercado, do qual passam a competir com outros empreendimentos da economia local<sup>14</sup>. Dentre as ações, merece destaque a concessão de pequenos empréstimos para promover o fomento e manutenção dos empreendimentos da rede, visto que, os grupos necessitavam melhorar ou aumentar a produção e como eram grupos informais buscar recursos em bancos não era possível (GRIPA, 2015c).

Entre 2004 e 2005, a Associação Mulheres em Movimento forneceu pequenos empréstimos aos grupos, regidos pela confiança mútua para os seus pagamentos, surgindo a necessidade de melhorar a organização para continuar tal iniciativa. Neste momento nasce a ideia de formação de um Banco Comunitário, inspirado no modelo do Banco Palmas (CE), e ocorre a fundação do Banco Comunitário de Desenvolvimento Pirê, em 2006.

Com sua fundação, o mesmo passa a articular o microcrédito produtivo e microcrédito para consumo em moeda social para os membros da Rede de Economia Solidária e para a comunidade do seu entorno. Além disto, na sua sede promove outras atividades, relacionadas a economia solidária, como noites culturais e cursos temáticos sobre gestão financeira dos empreendimentos, aperfeiçoamento de artesanato, estratégias para melhorar as vendas, dentre outras. Esses cursos ocorrem esporadicamente e sempre com parcerias (prefeitura, universidades entre outros) (GRIPA, 2015d).

Além disto, vale ressaltar que, no mesmo período, surgem outros dois bancos no estado: em Anastácio o Banco Pantanal e em Ponta Porã, no assentamento Itamaraty, o Banco Ita. Para a emergência destes fatores como a mobilização popular, a tradição organizativa, o diálogo entre a economia solidária da cidade (empreendimentos) e seus apoiadores como SENAES e a Rede Brasileira de Bancos Comunitários foram fundamentais. Além destes, no caso de Dourados, o Fórum Municipal de Economia Solidária também ocupou um papel importante nesse processo (GRIPA, 2015e).

A partir destes elementos, podemos vislumbrar a importância do Banco Pirê, como fornecedor de crédito solidário e impulsionador de empreendimentos solidários e do desenvolvimento local, o que aprofundaremos na próxima seção.

## **O BANCO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO PIRÊ EM DOURADOS UMA OPÇÃO ESTRATÉGICA PARA O DESENVOLVIMENTO**

Como vimos, a atuação da Associação Mulheres em Movimento foi determinante para o desenvolvimento das finanças solidárias e a constituição do Banco Pirê, para a promoção do crédito solidário na cidade como forma de impulsionar e consolidar os empreendimentos solidários.

---

<sup>13</sup> A formação da Associação Mulheres em Movimento, em 2004, que nasce a partir de pessoas da comunidade e das religiosas, Lenita Gripa e Neusa Gripa, da Congregação Católica Irmãs Catequistas Franciscanas, contribuiu com apoio e ações de Economia Solidária na cidade. Inicialmente os recursos da ONG vieram de uma doação feita por uma das jovens missionárias franciscana, o que acabou mobilizando, posteriormente, outros doadores voluntários. Através desses recursos iniciais foram desenvolvidos os primeiros créditos solidários aos empreendimentos com o intuito de aumentar os empreendimentos na cidade e consolidá-los. Fonte: [www.bancopire.org.br](http://www.bancopire.org.br) (Acesso em 26/11/2017).

<sup>14</sup> Fonte: [www.bancopire.org.br](http://www.bancopire.org.br) (Acesso em 26/11/2017).

Neste sentido, a atuação do banco, como um banco comunitário de desenvolvimento, se submeteu as regras de funcionamento que são derivadas das leis do Banco Central do Brasil, pois os mesmos não possuem um marco regulatório próprio. Sendo assim, os Bancos Comunitários possuem a necessidade de estar vinculado a uma entidade gestora, sendo esta quem irá responder legalmente pelo funcionamento do mesmo. No caso do Banco Pirê essa entidade é a Associação Mulheres em Movimento, tal ligação, no entanto, não retira a autonomia do banco, visto que sua constituição e estruturação se dão de maneira autogestionária, tornando-o responsável direto por suas ações.

Além disto, por orientação da Rede Brasileira de Bancos Comunitários é necessário a organização a partir de um Termo de Referência, que destaca as principais características que um banco com tal perfil deve possuir, dentre elas: a comunidade é gestora e proprietária do mesmo; deve possuir, pelo menos, duas linhas de crédito (uma em reais e outra em moeda social); as linhas de crédito devem estimular a criação de uma rede local de produção e consumo, promover o desenvolvimento endógeno do território; devem apoiar as estratégias de comercialização (feiras, lojas solidárias, central de comercialização, dentre outros); o local de atuação deve ser caracterizado pela exclusão, vulnerabilidade e desigualdade social; deve estar voltado, sobretudo aos beneficiários de programas assistenciais governamentais e de políticas compensatórias; e, finalmente, sua sustentabilidade deve se fundamental na obtenção de recursos para a utilidade social de suas práticas (INSTITUTO BANCO PALMAS, 2006).

Desta forma, tal termo de referência orienta a atuação do banco e propicia que esta possa contribuir para uma nova dinâmica econômica e social capaz de envolver os trabalhadores (as) daquele local, de maneira que:

[...] reorganiza as economias do bairro, criando uma rede local de produtores e consumidores, ou seja, estimula as pessoas a produzirem e a consumirem na própria comunidade, criando um círculo financeiro gerador de desenvolvimento local (SEGUNDO e MAGALHES, 2009, p. 11).

Assim a apropriação desse conhecimento, promove a ampliação do movimento, o que o torna esses trabalhadores (as) em agentes de desenvolvimento local, ou seja, fortalecem e desenvolvem dimensões que, para Mattos (2010), são: a dimensão econômica, pela capacidade de gerar renda e provocar uma organização local; a dimensão social, quando envolve atividades econômicas num contexto social que possibilita o aparecimento de relações associativas; e a dimensão política, que traz as pessoas da comunidade para discutir e se articular para os problemas do local onde vivem.

Sendo assim, pode-se apontar que a criação do Banco Pirê dinamizou as ações de fomento solidário na cidade, com impacto direto nos empreendimentos o que propiciou uma nova dinâmica na rede de economia solidária e, principalmente, na geração de trabalho e renda para inúmeras famílias.

Os valores foram expressivos e podem ser observados no seguinte quadro:

Gráfico 1 - Distribuição de valores financiados pelo do Banco Pirê (2006-2016).



Fonte: Base de dados do Banco Pirê (2006-2016) (Elaboração dos autores).

Como se pode observar, entre 2006 e 2016, o banco concedeu créditos para 366 empreendimentos, movimentando um valor de R\$ 387.351,11 (trezentos e oitenta e sete mil, trezentos e cinquenta e um reais e onze centavos), possibilitando o acesso ao sistema financeiro de trabalhadores (as) considerados excluídos do sistema convencional de crédito e ganhos sociais e econômicos aos atores daquele local, com o intuito de promover o desenvolvimento econômico e social. Tal número é significativo, considerando a dimensão do município, a fragilidade de atuação do poder público e, principalmente, a exclusão dos mecanismos tradicionais de acesso ao crédito, bem como os riscos que estes implicam.

A atuação do Banco Pirê se desenvolve, a partir de três linhas de crédito, que permitem ao empreendimento, ou a pessoa da comunidade, identificar para qual fim tal empréstimo será destinado, como fica evidenciado no quadro abaixo:

Quadro 1 - Políticas e Linhas de Crédito.

LINHAS DE CRÉDITO	CRITÉRIOS	VALORES	JUROS	PARCELAS	
GERAÇÃO DE RENDA	ser morador do território;	até R\$ 1.500,00	2% ao mês	até 12 meses	
	Apresentar 2 pessoas como testemunhas;				
	documentos (RG, CPF, comprovante de residência)				
	orçamento do material ou equipamento				
BEMESTAR	ser morador do território;	até R\$ 1.000,00	2% ao mês	até 10 meses	
	Pequenas reformas				Apresentar 2 pessoas como testemunhas;
	documentos (RG, CPF, comprovante de residência)				
	orçamento do material de construção feito pelo comércio local.				
CONSUMO	ser morador do território de abrangência do Banco Pirê	1° R\$ 50,00	0%	até 3 parcelas	
		2° R\$ 100,00			
		3° R\$ 150,00			
E.Dinheiro Pirapirê	documentos (RG, CPF, comprovante de residência)				

Fonte: Banco Pirê, 2016 (Elaboração dos autores).

Pode-se destacar que a linha de crédito para **Geração de Renda** é a que possui o maior valor para financiamento, pois é destinada para novos empreendimentos, ou para os já existentes, que necessitem de recursos para compra de matéria prima, máquinas ou equipamentos e com prazo de pagamento de um ano.

A linha de crédito relacionada ao **Bem-Estar** está disponível tanto para empreendimentos

quanto para moradores, destinada a melhorar as condições de moradia dos trabalhadores (as) ou dos empreendimentos, pois pode ser usado para pequenas reformas.

Finalmente, a linha de crédito para **Consumo**, consiste em empréstimos para pequenas compras como material escolar, gás, dentre outras, sendo acessível a todos.

Dentre as linhas de crédito o banco dispõe de quatro modalidades de produtos e serviços financeiros, que se referem à:

- I) Moeda Social circulante local (Pirapirê e E-Dinheiro)
- II) Crédito para financiamento de empreendimentos solidários;
- III) Crédito para consumo pessoal e familiar, sem juros;
- IV) Fundo Solidário;

A circulação da moeda social permite um empoderamento do local onde circula, fortalecendo o comércio local, pois os trabalhadores (as) priorizam gastos nesse comércio, o que também pode significar um aumento no número de empregos com crescimento da produção e comércio local. Vale observar que mantém uma relação de paridade com o real, ou seja, um (1) pirapirê equivale a um (1) real, sendo que a impressão da moeda social possui um caráter ilustrativo e simbólico da inclusão social que, através de transações financeiras, compartilha os princípios da reciprocidade e solidariedade, dentre outros.

Nesta mesma modalidade, em 2016, o Banco Pirê passou a operar uma nova ferramenta solidária, a moeda social eletrônica (E-Dinheiro), que se constitui num instrumento criado para incorporar ao sistema os que possuem um aparelho celular com linha ativa, ampliando o público alvo e os limites territoriais do banco comunitário, mas que mantém a riqueza gerada direcionada a sua origem.

No crédito para financiamento de empreendimentos e/ou para o consumo pessoal e familiar, é necessário que o empreendimento ou trabalhador (a) que deseja acessar o recurso descreva em um pequeno projeto/texto para qual fim será utilizado, a forma de pagamento e quem será o responsável. Assim o mesmo passará por uma análise na equipe denominada de “CAC” (Comitê de Análise de Crédito), que se encontra mensalmente e é formada por moradores do bairro, a qual dá o parecer final sobre tal empréstimo.

Outra modalidade ofertada é o Fundo Solidário, criado em 2015, com o objetivo de gerar uma poupança comunitária em que a gestão coletiva fortaleça e contribua para a sustentabilidade da comunidade, visto que, através deste os trabalhadores (as) podem melhorar sua moradia, adquirir um bem, entre outros. Como os recursos do banco são escassos, a formação deste fundo passou a ser mais um instrumento importante para arrecadação de fundos, visto que por meio desta é possível receber recursos de múltiplas fontes como: doações de pessoas físicas e jurídicas, cotizações de associados, prestação de serviços, dentre outros (BANCO PIRÊ, 2015).

A gestão do Fundo Solidário ocorre através do “Conselho Gestor” que discute e administra o fundo. Os associados têm contato permanente com as ações do fundo, através de reuniões ou assembleias que ocorrem a cada dois meses com o conselho gestor. Ainda nesse espaço democrático a troca de experiências e momentos de formação cidadã contribui para o fortalecimento do grupo, a transparência e a efetividade do fundo. Além disto, a adesão de novos sócios somente ocorre através da indicação de um dos sócios integrantes, o que transfere a responsabilidade para o associado, assim a gestão passa a ser participativa, onde todos são gestores, destacando um dos princípios da economia solidária, a autogestão.

Nota-se assim que o Banco Pirê através da atuação e cooperação dos trabalhadores (as)



contribui para o desenvolvimento dos empreendimentos e da comunidade através de pequenos créditos, reafirmando o princípio da cooperação como elo para promover o desenvolvimento, que nasce da associação dos trabalhadores que se unem por interesses e necessidades comuns, com vistas a alcançar resultados econômicos e sociais (FRANTZ, 2003b).

Com as ferramentas bem definidas, regras claras e a participação da comunidade, pode-se observar o importante trabalho de financiamento solidário promovido pelo Banco Pirê ao longo do período analisado.

No quadro abaixo é possível visualizar os aportes relacionados ao capital de giro, matéria prima e aquisição de máquinas e equipamentos.

Quadro 2 - Finalidades de financiamentos do Banco Pirê (2006-2016).

Anos	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	total
REFORMA-CONSTRUÇÃO	0	0	-	0	-	-	1	-	-	8	3	12
MATERIA-PRIMA	24	43	40	5	17	5	1	4	3	4	4	150
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	26	25	28	4	7	-	6	1	3	6	3	109
CAPITAL DE GIRO	0	2	2	1	-	6	2	5	-	6	-	24
RENEGOCIAÇÃO	4	2	1	0	-	-	-	-	-	-	-	7
COMPRA DE MOTO	1	1	0	1	-	-	1	-	-	-	-	4
COMPRA DE CARRO	0	1	0	0	-	-	-	-	2	-	-	3
FORMAÇÃO DE EQUIPE	0	0	0	0	-	-	-	-	-	-	-	0
CONSUMO SOLIDARIO					27	1	-	1	-	23	4	56
IMOVEL									1	-	-	1
<b>total de empreendimentos</b>	<b>55</b>	<b>74</b>	<b>71</b>	<b>11</b>	<b>51</b>	<b>12</b>	<b>11</b>	<b>11</b>	<b>9</b>	<b>47</b>	<b>14</b>	<b>366</b>

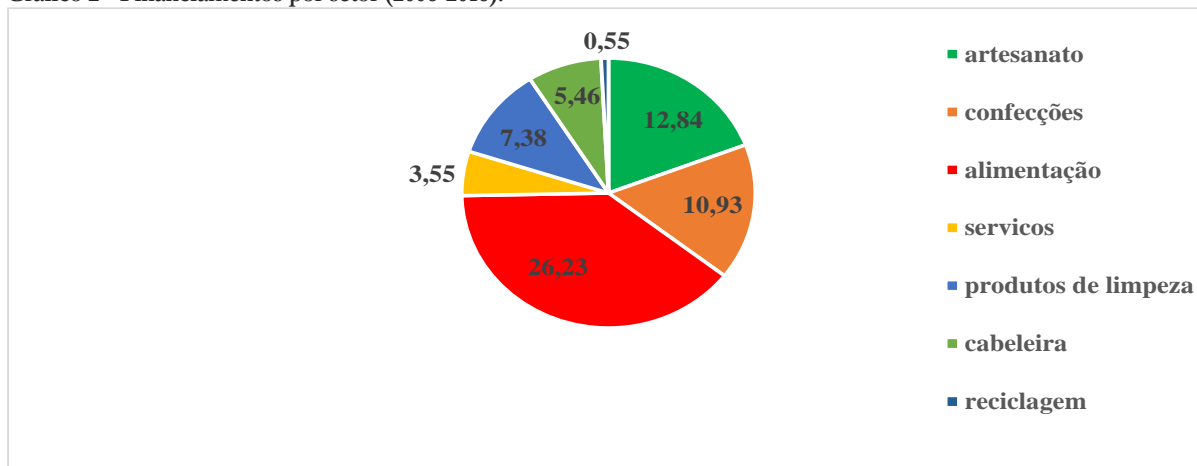
Fonte: Base de dados do Banco Pirê (2006-2016) (Elaboração dos autores).

Constata-se que, no período, houve um maior número de empreendimentos que acessaram os financiamentos para a aquisição de equipamentos e matéria-prima, destinados tanto para iniciar uma atividade produtiva como para aumentar o volume produzido. No entanto, o aumento de empreendimentos que buscaram recursos para o consumo, em 2010 e 2015, demonstra uma mudança de perfil, pois muitos trabalhadores (as) deixam de produzir coletivamente e passam a atuar de forma individual. Desta forma, somente a comercialização ainda continua integralmente de maneira coletiva, devido as lojas solidárias, que se mantêm como espaço da participação coletiva e autogestionária e, principalmente, comercialização dos produtos desenvolvidos.

Outro fato nesse aumento de créditos para o consumo deve-se a um aumento de pessoas comuns da comunidade que foram buscar no Banco apoio para pequenas compras (material escolar, compra de botijão de gás, entre outros) e que serão formadas através dos cursos e atividades do banco, o que se constitui num trabalho a médio prazo para o desenvolvimento de atividades coletivas

Outro aspecto relevante para a compreensão da atuação do banco, refere-se aos setores de atuação dos empreendimentos que acessaram os créditos solidários, que estão distribuídos da seguinte forma:

Gráfico 2 - Financiamentos por setor (2006-2016).



Fonte: Base de dados do Banco Pirê (2006-2016) (Elaboração dos autores).

Conforme o gráfico acima demonstra, os setores que mais utilizaram os produtos e serviços nesse período foram os de alimentação (26,23%), seguido pelo artesanato (12,84%) e confecções (10,93%). Neste sentido, é possível constatar a pouca variedade de setores, o que demonstra a ausência de especialização dos empreendimentos e uma dificuldade dos mesmos em inserir-se em setores mais especializados.

Apesar da importância da atuação do banco e de suas potencialidades, é preciso considerar que este apresenta particularidades, além da convergência de ações e dificuldades comuns ao desenvolvimento da economia solidária no país. Neste sentido, é possível apontar que a economia solidária na cidade possui algumas peculiaridades, no que se refere ao perfil dos envolvidos e a atuação coletiva. Assim, enquanto que, nos anos iniciais de atuação do banco, a maioria dos empréstimos (cerca de 67% dos contratos) eram para ações coletivas e os demais para ações individuais, o que indicava o nascimento de cooperativas ou associações de produção ou comercialização, pode-se constatar que, ao longo dos anos, ocorreu uma redução dos empreendimentos coletivos, por inúmeras razões (dificuldades de gestão, relacionamento ou construção de redes, dentre outras), de tal forma que, em 2016, somente 14 empreendimentos/ trabalhadores (as) buscaram apoio financeiro do Banco Pirê. Isto reforça o perfil da economia solidária na cidade, pois nas duas lojas de comercialização solidária, a maioria dos produtos é fruto da ação individual e não coletiva dos envolvidos.

Isto se constitui, portanto, num dos principais desafios para a consolidação e a expansão da economia solidária, sendo necessário intensificar a formação dos envolvidos e a valorização dos princípios que orientam tal prática.

Ainda que os empreendimentos em Dourados possuam formas distintas de atuação, os princípios como autogestão, ação coletiva e reciprocidade são encontrados no interior da economia solidária. Mas o fato de existir um Banco Comunitário de Desenvolvimento no município poderia ser mais instrumento tanto de ganho econômico, como ganho político para o desenvolvimento da cidade, caso houvesse maior divulgação das suas ferramentas para os empreendimentos e para a comunidade em geral. A falta de incentivos governamentais para o fortalecimento do microcrédito para as comunidades carentes através do instrumento Banco Comunitário, dificulta o aumento de novos fomentos, ou mesmo de ampliação de valores dos créditos, refletindo na geração de trabalho e renda dos trabalhadores (as) locais.

Apesar disto, deve-se apontar o caráter inovador de tal prática que busca inserir os traba-

lhadores (as) que precisam de recursos para empreender nos princípios da economia solidária, mas que não possuem condições de acessar o crédito nos bancos tradicionais, dada a informalidade e ao tamanho do empreendimento. A criação dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento, no cenário nacional e local, possibilitou uma oportunidade para essas pessoas e inúmeros grupos dispersos pelo país, contribuindo para o desenvolvimento das finanças solidárias e o desenvolvimento local.

Apesar dos limites, o conhecimento e a reflexão sobre esta atuação permite resgatar e valorizar as inúmeras experiências e alternativas populares que se desenvolveram nos últimos anos em toda a América Latina e, em tempos de retrocesso de políticas públicas e da ampliação da desigualdade e das condições precárias de vida de milhões de pessoas, pode nos ajudar a reconstruir a esperança e alternativas mais eficazes, que propiciem trabalho e renda digna, em prol de um mundo mais justo e solidário.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou analisar dentre as práticas de economia solidária, a construção e manutenção do Banco Comunitário de Desenvolvimento Pirê em Dourados/MS e o quanto este pode se constituir numa estratégia de desenvolvimento local, no fomento e apoio aos empreendimentos e também à comunidade.

Pode-se observar que o surgimento da economia solidária em Dourados desenvolve-se a partir da atuação dos movimentos sociais e outras entidades, sendo impulsionado, posteriormente, pelo programa “Coletivos para qualificação do trabalho”, promovido pela prefeitura. Tal processo culminou com a formação da Rede de Economia Solidária na cidade, mas foi somente com o apoio financeiro inicial da Associação Mulheres em Movimento e, mais tarde, com a criação do BCD Pirê que alguns empreendimentos passam a investir em máquinas e equipamentos, matéria prima. Neste sentido, o banco preenche uma lacuna, no que se refere ao acesso ao microcrédito, para a construção da economia solidária na cidade e desenvolve, desde então, um papel fundamental para sua consolidação.

Sendo assim, foi possível constatar que, entre 2006-2016, o banco financiou 366 empreendimentos, somando R\$ 387.351,11 (trezentos e oitenta e sete mil, trezentos e cinquenta e um reais e onze centavos) em empréstimos para promoção de trabalho e renda. Além disto, pode-se destacar que apesar do impulso inicial, favorecido pela atuação dos movimentos sociais e pela conjuntura política (nacional, estadual e local), a atuação do banco foi se retraindo ao longo dos anos, visto as dificuldades de arrecadação de fundos, poucos empréstimos ocasionados pelas regras mais rígidas para diminuir a inadimplência e mudança do perfil dos trabalhadores (as) que buscavam tais recursos, assim sua continuidade permanece incerta, dependendo da retomada da ação de tais movimentos e da constituição de uma política efetiva, abrangente e permanente.

Nota-se que o Banco Pirê pode ser uma opção estratégica de desenvolvimento, visto que suas políticas de crédito são pensadas na promoção da geração de renda, bem-estar e consumo pautadas dentro da economia solidária, com linhas bem definidas para utilização dos recursos, a maioria para compra de matéria-prima ou máquinas e equipamentos e, apesar disto, continuam possuindo uma abrangência limitada e um desconhecimento relativo.

A circulação de uma moeda social, que já ocorria antes da formação do Banco Pirê, foi ampliada e aprimorada, com a criação de uma nova modalidade a moeda eletrônica E-Di-

nheiro, que tem o intuito de atingir novas comunidades, bairros e a cidade, na tentativa de inserir novos trabalhadores (as) na lógica solidária. Além disto, a formação do fundo solidário pode se constituir num novo instrumento para o desenvolvimento local, ampliando a capacidade da atuação do banco e seus efeitos.

Pode-se observar que, no dia-a-dia, a vivência da economia solidária com a utilização de suas ferramentas como o Banco Pirê a Rede de Economia Solidária e o comprometimento dos envolvidos é um fator relevante, de maneira que outros aspectos como a reciprocidade e a busca por uma qualidade de vida perpassa o caráter econômico da rede de economia solidária.

Entende-se assim que a existência do Banco Comunitário de Desenvolvimento no município poderia representar um ganho político e econômico para além da economia solidária, caso houvesse maior divulgação das suas ferramentas para os empreendimentos e para a comunidade, cuja qual utiliza ainda minimamente, a falta de incentivos governamentais para o seu fortalecimento dificulta o aumento de novos fomentos, ou mesmo de ampliação de valores dos créditos, refletindo na geração de trabalho e renda dos trabalhadores (as) locais.

Sendo assim, conclui-se que as perspectivas em relação a atuação do Banco Pirê dependem do comprometimento dos trabalhadores (as) envolvidos com a economia solidária, que devem lutar pela manutenção e ampliação, manter os espaços políticos de discussão e construção da economia solidária com os encontros da Rede de Economia Solidária, valorizando e apoiando a participação, principalmente dos empreendimentos.

Além disto, é necessário inserir a economia solidária da cidade nas ações desenvolvidas pelos sindicatos, movimentos sociais e universidades, envolvendo-os e priorizando a utilização de produtos feitos pelos empreendimentos e com divulgação em eventos e feiras.

Em suma, é fundamental que tal processo se aprofunde e que se desenvolva uma efetiva política pública, que incorpore e fortaleça a atuação dos bancos comunitários de desenvolvimento, pois a economia solidária continua sendo uma alternativa viável, capaz de inserir a solidariedade nas relações mercantis e, principalmente, promover o desenvolvimento, efetivo e integral, para todos. Embora, estejamos diante de um expressivo retrocesso no plano federal, em todos os campos das políticas públicas, agravada pelo cenário de pandemia, esta e outras experiências de economia solidária podem indicar atores, ações e estratégias que podem contribuir para a superação deste cenário, a renovação da esperança e a construção de uma sociedade que consiga combinar desenvolvimento, democracia e bem-estar para todos.

## REFERÊNCIAS

- ANJOS, Eliene dos. **As Singularidades das Cooperativas Autênticas**. Trabalho apresentado no XIV Congresso Brasileiro de Sociologia. Rio de Janeiro, 2009.
- ANTUNES, Ricardo. “Dimensão da precarização estrutural do trabalho” In: DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia. (Org). **A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- ARROYO, João C. T. & SCHUCH, Flávio C. **Economia popular e solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável e solidário**. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.
- BANCO ETICA POPULARE. (2016). Disponível em: <http://www.bancaetica.it/chi-siamo> (Acesso em 24 de setembro de 2017).
- BANCO PIRÊ. (2015). Disponível em: <http://www.bancopire.org.br> (Acesso em 25 de no-

vembro de 2017).

BANCO SOL S.A. (2016). **História do Banco Sol**. Disponível em: <https://www.banco-sol.com.bo/secciones> (Acesso em 24 de setembro de 2016).

CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean Louis; GAIGER, Luiz Inácio; HESPANHA, Pedro. (Coord.). **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Almedina, 2009. Disponível em: <https://financassolidarias.files.wordpress.com/2012/09/dicionario-internacional-da-outra-economia1.pdf> (Acesso em 20 de Agosto de 2017).

\_\_\_\_\_; Economia plural. In: CATTANI, Antonio David (orgs.). **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009.

FRANÇA FILHO e SILVA JÚNIOR, Genauto e Jeová Torres. “**Bancos Comunitários de Desenvolvimento**”. In: CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean Louis; GAIGER, Luiz Inácio; HESPANHA, Pedro. (Coord.). **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Almedina, 2009.

FRANÇA FILHO, Genauto. **Rede Brasileira de Bancos Comunitários: Documento de trabalho – Papel da Rede Brasileira de Bancos Comunitários de Desenvolvimento na visão da sua rede**. Salvador, 2010.

FRANTZ, Walter. Educação e poder na racionalidade da cooperação. In: **Perspectiva Econômica**, vol. 38, nº 121, Série Cooperativismo nº 53. São Leopoldo: UNISINOS, 2003.

GRIPA, Neusa. **Trajetória da Economia Solidária e Banco Pire em Dourados**. Dourados: impressão Banco Pirê, 2015.

GUÉLIN, André. L’invention de l’économie sociale”. In: Noëlle Marie Paule LECHAT, 2002. **Economia social, economia solidária, terceiro setor: do que se trata?** Porto Alegre: Civitas - Revista de Ciências Sociais, v.2, n.1, 1998.

HENDERSON, Hazel. A informação: verdadeira moeda corrente do mundo não está escassa. In: **Construindo um mundo onde todos ganhem. A vida depois da guerra da economia global**. São Paulo: Cultrix, 1996.

INSTITUTO BANCO PALMAS. **Dados dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento**. 2016. Disponível em: <http://www.institutobancopalmas.org/rede-brasileira-de-bancos-comunitarios> (Acesso em 16 de outubro de 2017).

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada. **Os Novos Dados do Mapeamento de Economia Solidária no Brasil: notas metodológicas e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos**. Relatório de pesquisa, 2016. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal> (Acesso em 26 de outubro de 2017).

LAVILLE, Jean-Louis. “**A economia solidária: Um movimento internacional**”. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Porto, vol. 84, 2009. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/381> (Acesso em 30 de outubro de 2017).

MANCE, Euclides. **A revolução das redes**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MANCE, Euclides André (org). **Como organizar redes solidárias**. Rio de Janeiro: DP & A, Fase, IFIL, 2003.

MANCE, Euclides A. “**Redes de Colaboração Solidária**”. In: CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean Louis; GAIGER, Luiz Inácio; HESPANHA, Pedro. (Coord.). **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Almedina, 2009.

MANCE, Euclides A. “**Consumo Solidário**”. In: CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean Louis; GAIGER, Luiz Inácio; HESPANHA, Pedro. (Coord.). **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Almedina, 2009.



- MATTOS, Alice Helena Girwood. **Mulheres nos bancos comunitários de desenvolvimentos da Bahia: Percepções de gênero das agentes de crédito sobre seu papel profissional**. Dissertação de Mestrado – Administração. Salvador: UFBA, 2010.
- MELO NETO, João Joaquim; MAGALHÃES, Sandra. **Bairros Pobres, Ricas Soluções: Banco Palmas de ponto a ponto**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2003.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – TEM. (2016). **Plano Nacional de Economia Solidária**. 2015. Disponível em: <http://trabalho.gov.br/trabalhador-economia-solidaria/plano-nacional-de-economia-solidaria> (Acesso em 31 de outubro de 2017).
- MUÑOZ, Ruth. **“Finanzas solidarias”**. In: Antonio David CATTANI; José Luis CORRAGIO; Jean Louis LAVILLE. **Diccionario de la otra economia**. Buenos Aires: CLACSO/Altamira, 2009.
- PASSOS, Ósia. **Estudo exploratório em bancos comunitários: conceito, características e sustentabilidade**. Dissertação da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia. Salvador: UFBA, 2007.
- PAULA, Juarez de. **Desenvolvimento Local como fazer?** Brasília: SEBRAE, 2008.
- PAULON, Grazihely Berenice Fernandes dos Santos. “Economia Solidária: Reflexões sobre gênero e trabalho na construção de alternativas para a geração de renda”. In: MORETI, Edvaldo Cesar; PINTO, João Onofre; PASQUOTTO, Milton Augusto. **Empreendimentos econômicos solidários e a relação com a cadeia produtiva do turismo nas regiões da Serra da Bodoquena e do Pantanal**. Campo Grande: UFMS, 2015.
- PAULON, Grazihely Berenice Fernandes dos Santos. **Rede de Economia Solidária no Município de Dourados-MS: uma análise sobre a participação das mulheres**. Florianópolis: Revista Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder, 2008.
- PAULON, Grazihely Berenice Fernandes dos Santos. **Tecendo a Igualdade: Reflexões sobre gênero e trabalho na rede de economia solidária em Dourados-MS (2000-2008)**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados: UFGD, 2010.
- PINHO, Diva Benevides. **A doutrina cooperativa nos regimes capitalista e socialista**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1996.
- RAZETTO, Luís. “Economia de solidariedade e organização popular”. In: GADOTTI, M. e GUTIERREZ F. (Orgs). **Educação comunitária e economia popular**. São Paulo: Cortez, 1993.
- SÁ, Carlos Augusto Pereira. **Economia Solidária em Mato Grosso do Sul: Desafios e Possibilidades. Monografia em Gestão Empresarial**. Campo Grande: UNAES, 2005.
- SACHS, Ignacy; VIEIRA. **Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2007.
- SEGUNDO, João Joaquim; MAGALHÃES, Sandra. **Economia Solidária e Políticas Públicas**. Mercado de Trabalho, vol. 41. Brasília: IPEA, 2009.
- SERVET, Jean Michel. “Microcrédito”. In: Antonio David CATTANI; José Luis CORRAGIO; Jean Louis LAVILLE. **Diccionario de la otra economia**. Buenos Aires: CLACSO/Altamira, 2009.
- SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: FPA, 2002.
- ZAPATA, Tânia et al. **Desenvolvimento local: estratégias e fundamentos metodológicos**. Rio de Janeiro: Ritz, 2001.